



ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF



Vol.1 – Nº 2
Abril-Junho/2023
ISSN: 2965-2235

Editorial

Após seis meses, pode-se dizer que o maior mérito do governo Lula III é o retorno do país à institucionalidade e a uma relativa normalidade, depois de quatro anos de sobressaltos e constantes ameaças à democracia e ao Estado de Direito. Isto não significa, porém, que a radicalização política da extrema-direita ou o golpismo, que tiveram seu ápice no oitavo de janeiro, estejam superados ou que o governo esteja voando em céu de brigadeiro.

No mesmo pleito em que Lula conquistou seu terceiro mandato, foi eleito um congresso de maioria conservadora, maioria esta que se divide entre a oposição bolsonarista mais radicalizada e o “centrão”, que tem no Deputado Arthur Lira, presidente da Câmara, a sua maior liderança. Esse segundo grupo mantém a prática do “toma lá, dá cá”, consagrada no célebre aforismo “franciscano” adaptado, na época da Assembleia Constituinte, pelo líder do “centrão” original, o então Deputado Roberto Cardoso Alves: “é dando que se recebe”. E é com ele que o Executivo tem sido obrigado a negociar para obter apoio para aprovar suas propostas no Congresso Nacional, muitas vezes sem sucesso.

Assim, por problemas em sua articulação política, o governo amargou derrotas parciais ou totais em votações no Congresso – algumas, inclusive, sendo responsáveis por grandes retrocessos -, como na aprovação do Marco Temporal para demarcação das terras indígenas ou no esvaziamento dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas, na votação da Medida Provisória que estabeleceu a estrutura do novo governo.

Por outro lado, de forma até certo ponto surpreendente, a área econômica tem apresentado resultados positivos com maior rapidez do que os analistas ou os jornalistas de economia esperavam. A habilidade e a capacidade de articulação demonstradas pelos ministros Fernando Haddad e Simone Tebet na aprovação do Arcabouço Fiscal e a melhoria de indicadores econômicos – projeções de alta do PIB, inflação em queda – repercutiram positivamente, inclusive, para a alta na perspectiva de *rating* do Brasil pela agência de risco S&P, abrindo a possibilidade de que o país recupere, em breve, o grau de investimento. Tudo isto apesar da taxa de juros brasileira se manter como uma das mais altas do mundo, questão esta que tem sido o pivô de constantes atritos entre o Presidente da República e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e alvo de críticas de diferentes setores da sociedade que a veem como entrave a um maior

crescimento econômico. A recuperação econômica e a retomada do crescimento constituem-se em condições fundamentais para que sejam reconstruídas e ampliadas as políticas públicas que foram desmontadas e esvaziadas ao longo dos últimos anos.

No âmbito da política externa, o Brasil gradualmente vai voltando à cena, depois de quatro anos de isolamento, de conflitos com parceiros tradicionais e de alinhamento ideológico com países com governos iliberais, autoritários ou mesmo despóticos. A extensa agenda de viagens e encontros internacionais do presidente Luís Inácio Lula da Silva vem confirmando o mote de que “o Brasil está de volta”. No entanto, a tentativa de retorno à “Política Externa Ativa e Altiva” de seus dois primeiros mandatos não é isenta de controvérsias. A recepção efusiva à Nicolás Maduro – bem além do protocolo diplomático - e a defesa incondicional do governo venezuelano por parte de Lula, durante o encontro de presidentes sul-americanos ocorrido em Brasília, foram alvos de críticas por parte da maior parte da imprensa, de outros chefes de Estado da região e até mesmo de parlamentares de esquerda, pertencentes a partidos da base do governo. Da mesma forma, a postura dúbia e oscilante em relação ao conflito russo-ucraniano expõe as dificuldades em repetir as linhas gerais da política externa de Lula I e II em um contexto geopolítico global bastante distinto.

Todas essas questões aparecem nos artigos que compõem este segundo número do ORBIS, abarcando um conjunto de temas que inclui um balanço geral da política externa brasileira nestes seis primeiros meses de governo; um “voo” analítico sobre quase cinco décadas de relações sino-brasileiras; uma análise da atuação dos parlamentares da oposição na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e uma reflexão sobre a importância da educação e dos direitos humanos nos processos de integração da América do Sul. Apresentamos também uma necessária avaliação crítica dos sentidos de Junho de 2013 - dez anos depois, ainda uma esfinge a ser decifrada – e uma discussão sobre políticas públicas de combate à violência de gênero e de atendimento às vítimas.

Desejamos a todos/as uma boa leitura.

Os editores